



**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA  
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**O TERCEIRO SETOR NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SUA IMPORTÂNCIA  
NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO CONTADOR - RELATO DE EXPERIÊNCIA  
EM UM NÚCLEO DE PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**DENISE HELENA BATISTA DIAS**

**VOLTA REDONDA  
2021**



**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA  
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**O TERCEIRO SETOR NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SUA IMPORTÂNCIA  
NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO CONTADOR - RELATO DE EXPERIÊNCIA  
EM UM NÚCLEO DE PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**DENISE HELENA BATISTA DIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Ciências Contábeis, do Centro Universitário de Volta Redonda - UNIFOA, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, sob orientação do Professor Mestre Augusto Felipe de Souza Leão.

**VOLTA REDONDA  
2021**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esse trabalho a todos os professores que participaram de minha trajetória acadêmica, mas principalmente ao professor/orientador desse trabalho, pela paciência e dedicação na construção do mesmo.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por me dar saúde e pela minha vida e a de meus familiares e amigos e, por permitir que esse momento fosse vivido por mim.

A essa Universidade e todo seu corpo docente, além da direção e administração que me proporcionaram as condições necessárias para que eu alcançasse meus objetivos. E pelos profissionais qualificados que disponibiliza para nos ensinar.

Ao meu orientador o Professor Mestre Augusto Felipe de Souza Leão, por todo o tempo que dedicou a me ajudar durante o processo de realização desse trabalho, principalmente pela paciência, dedicação e ensinamentos que possibilitaram que eu chegasse até o aqui.

Um agradecimento especial, aos meus familiares, por todos os ensinamentos, apoio e por confiarem em mim e estarem ao meu lado em todos os momentos da vida.

Por fim, agradecemos a todos que contribuíram para a realização desse trabalho, seja de forma direta ou indireta. Obrigada!

## RESUMO

O presente estudo buscou descrever a experiência de uma estudante do curso de Ciências Contábeis que participou do Programa de Extensão Universitário, destinado ao atendimento de instituições do terceiro setor. Em relação aos objetivos específicos, consistiram em: realizar o levantamento bibliográfico relacionado ao terceiro setor; relatar sobre as ferramentas contábeis aplicadas às instituições sem fins lucrativos; determinar o impacto social do programa de extensão na comunidade atendida; demonstrar a relevância do projeto extensão para a formação acadêmica dos estudantes. O terceiro setor é composto por organizações que anseiam pelo bem-estar social tais como: organizações não governamentais (ONGs), fundações e instituições filantrópicas e beneficentes, organizações e associações sociais, instituições religiosas e outras. Muitas vezes, as organizações do terceiro setor complementam o trabalho realizado pelo poder público visando contribuir para um maior desenvolvimento social. É imprescindível que as instituições demonstrem transparência ao gerirem os recursos que recebem, prezando por uma boa reputação e credibilidade. Diante desse cenário, a contabilidade surge como a ferramenta responsável por contribuir com essa transparência na prestação de contas dessas organizações. A participação em projetos de extensão que desenvolvem práticas contábeis direcionadas ao terceiro setor é imprescindível para possibilitar a ampliação e divulgação do conhecimento contábil aplicado às instituições sem fins lucrativos, justificando-se, assim, a realização desse trabalho. Além disso, ao relatar a experiência de atuação em um projeto e por demonstrar o impacto social deste, essa pesquisa pode estimular cada vez mais a participação de outros estudantes nesse tipo de projeto, possibilitando aos futuros profissionais terminem a graduação com um certo nível de experiência prática na área, destacando-se entre os demais. Em relação a metodologia, consiste em uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico predominantemente exploratório e descritivo.

**Palavras-chaves:** Contabilidade. Terceiro Setor. Extensão Universitária. Contador. Organizações sem fins lucrativos.

## ABSTRACT

The present study sought to describe the experience of participation of a student in the accounting sciences course in a University Extension Program, aimed at serving third sector institutions. In relation to the specific objectives, they consisted of: conducting a bibliographic survey related to the third sector; report on accounting tools applied to non-profit institutions; determine the social impact of the outreach program on the community served; demonstrate the relevance of the extension project for the academic training of students. The third sector is composed of organizations that strive for social well-being such as: non-governmental organizations (NGOs), philanthropic and charitable foundations and institutions, social organizations and associations, religious institutions and others. Often, third-sector organizations complement the work carried out by the government in order to contribute to greater social development. It is essential that intuitions demonstrate transparency when managing the resources they receive, striving for a good reputation and credibility. In this scenario, accounting emerges as the tool responsible for contributing to this transparency in the accountability of these organizations. Considering that participation in extension projects that develop accounting practices aimed at the third sector is essential to enable the expansion and dissemination of accounting knowledge applied to non-profit institutions, and this study is justified. In addition, by reporting the experience of working on a project and by demonstrating its social impact, this research can increasingly encourage the participation of other students in this type of project, favoring future professionals to finish their graduation with a certain level of practical experience in the area, standing out among the rest. Regarding the methodology, it consists of a qualitative research, predominantly exploratory and descriptive bibliographic.

**Keywords:** Accounting. Third sector. University Extension. Counter. Non-Profit Organizations.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. TERCEIRO SETOR.....</b>	<b>14</b>
2.1. Contexto histórico e origem.....	14
2.2. Conceituação e características.....	15
2.3. Personagem ou entidade do Terceiro Setor .....	17
2.3.1. Associações.....	18
2.3.2. Fundações.....	19
2.3.3. Organizações religiosas.....	20
2.3.4. Partidos políticos .....	20
<b>3. CONTABILIDADE APLICADO AO TERCEIRO SETOR.....</b>	<b>21</b>
3.1. Características da contabilidade no terceiro setor.....	21
3.2. Normas Brasileira de contabilidades específicas ao terceiro setor.....	22
<b>4. PROGRAMAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SEU IMPACTO NA SOCIEDADE.....</b>	<b>24</b>
4.1 – Extensão Universitária: conceituação e diretrizes.....	24
4.2. O impacto social da extensão universitária.....	28
<b>5. RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA EM UM PROGRAMA DE EXTENSÃO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS.....</b>	<b>30</b>
<b>6. CONCLUSÃO.....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>37</b>
<b>APÊNDICE A - CARTILHA EXPLICATIVA.....</b>	<b>41</b>

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Fundações Privadas e Associações sem fins Lucrativos.....	28
Tabela 2 - Associações e Instituições Religiosas.....	28
Tabela 3 - Determinação do impacto social do projeto na comunidade em 2019.....	29
Tabela 4 - Determinação do impacto do projeto na comunidade em 2021.....	29
Tabela 5: Comparativo do crescimento do impacto social.....	30



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ONGS	ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS
NBC T	NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE TÉCNICA
CNPJ	CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA
EUA	ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
CFC	CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
FORPROEX	FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS
SINAES	SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
MEC	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
NPC	NÚCLEO DE PRÁTICAS CONTÁBEIS
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IPEA	INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA.

## 1. INTRODUÇÃO

O fenômeno da globalização dos mercados, nas últimas décadas, acarretou transformações intensas na estrutura cultural, social, política e econômica da sociedade. No Brasil, tais mudanças afetaram as demandas sociais, impulsionando o surgimento de organizações beneficentes, que não objetivam lucros financeiros, atuando em prol de interesses coletivos. Surgindo, assim, o que denominamos de terceiro setor (EBSSEN, 2003).

Conforme Ferreira (2019), a sociedade brasileira é estruturada com base em três setores. Sendo o primeiro setor representado pelo Estado (entes públicos) e responsável pelo provimento dos direitos sociais que constam na Constituição de 1988, por meio da oferta de serviços públicos. Rech (2013), aponta que o segundo setor é aquele formado por organizações empresariais que realizam atividades visando lucratividade financeira. E o terceiro setor seria um meio termo entre os outros dois, haja vista que é constituído por entidades privadas, mas sem finalidade de angariar lucros.

O terceiro setor é composto por organizações que anseiam pelo bem-estar social tais como: organizações não governamentais (ONGs), fundações e instituições filantrópicas e beneficentes, organizações e associações sociais, instituições religiosas e outras. Muitas vezes, as organizações do terceiro setor complementam o trabalho realizado pelo poder público visando contribuir para um maior desenvolvimento social (MARTINS et. al, 2011).

Devido a sua grande relevância social, o número de entidades do terceiro setor não para de crescer no Brasil. Desta forma, é imprescindível que as instituições demonstrem transparência ao gerirem os recursos que recebem, prezando por uma boa reputação e credibilidade. Diante desse cenário, a contabilidade surge como a ferramenta responsável por contribuir com essa transparência na prestação de contas dessas organizações (MARTINS et. al, 2011).

Peixoto et al. (2015), complementam afirmando sobre a importância da contabilidade no fornecimento de informações, por meio de relatórios e outros recursos contábeis, possibilitando uma melhor administração dos recursos disponíveis. A contabilidade nas instituições sem fins lucrativos apresenta características e necessidades específicas, devendo o profissional da área se atentar as normas e legislações próprias para o terceiro setor. Realizar um gerenciamento interno financeiro de maneira eficiente acarreta inúmeros benefícios à sociedade em geral, pois possibilita que a instituição cumpra seus propósitos sociais.

Sabe-se que a principal finalidade das organizações do terceiro setor consiste em promover direitos fundamentais, prestando serviços de interesse público. Com o passar dos anos, a quantidade de organizações sem fins lucrativos aumentou consideravelmente, se apresentando uma área de atuação para contadores recém-formados. Porém muitos profissionais recém-graduados, não tiveram a oportunidade de adquirir conhecimentos práticos voltados para esta área de atuação no período que estavam na universidade.

O terceiro setor possui necessidades específicas, devido às suas características próprias. Dessa forma, a contribuição da contabilidade vai além do auxílio na obtenção de certificados e se destaca como importante instrumento de gestão no gerenciamento dos recursos da instituição. As ferramentas contábeis são de grande utilidade para garantir maior grau de transparência na prestação de contas perante os financiadores e a sociedade em geral.

Nesse contexto, esse trabalho teve como objeto de pesquisa as práticas contábeis destinadas ao atendimento às Instituições do Terceiro Setor, realizadas por meio programa de extensão universitária.

O presente estudo tem como objetivo geral descrever a experiência de uma estudante do curso de Ciências Contábeis que participou do Programa de Extensão Universitário, destinado ao atendimento de instituições do terceiro setor. Em relação aos objetivos específicos busca-se: realizar o levantamento bibliográfico relacionado ao terceiro setor; relatar sobre as ferramentas contábeis aplicadas às Instituições sem fins lucrativos; determinar o impacto social do programa de extensão na comunidade atendida; demonstrar a relevância do Projeto Extensão para a formação acadêmica dos estudantes.

Para nortear os estudos foram delineadas as seguintes questões de pesquisa: Quais são as práticas contábeis específicas para o Terceiro Setor? Como os atendimentos realizados pelos Núcleos de Práticas Contábeis das Universidades colaboram com as Instituições sem fins Lucrativos? Programas de Extensão promovem transformações sociais? De que forma a participação em Programas de Extensão Universitários contribui na formação dos futuros contadores?

Visando responder as questões foram elaboradas as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: Existem práticas contábeis específicas para o terceiro setor, como a NBC ITG 2002 que entrou em vigência em 1º de janeiro de 2012, que trata sobre as entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012. Esta interpretação estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e

variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros.

Hipótese 2: Projetos de Extensão do curso de Ciências Contábeis colabora com as Instituições do terceiro setor, através de suas consultas técnicas, elaborações da documentação necessária para o registro em cartório das organizações, realiza o processo de emissão do CNPJ, confecciona as declarações contábeis anuais das organizações.

Hipótese 3: Programas de Extensão Universitária promovem transformações sociais. É possível calcular o impacto social da extensão por meio da quantidade de pessoas que são beneficiadas por suas atividades. Pois por meio de suas atividades é possível realizar transformações profundas e promover a qualidade de vida das pessoas beneficiadas pelo programa.

Hipótese 4: A participação em Projetos de Extensão promove o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos profissionais contábeis, pois o aluno que participa de tais projetos se envolve em situações onde o conhecimento de forma passiva migra para uma forma ativa, a extensão universitária prepara o aluno para a vida profissional, já que a experiência adquirida contribui para as adversidades que serão encontradas no setor laboral.

Considerando que ao longo da formação em ciências contábeis, devido a extensa quantidade de matérias e possíveis áreas de atuação, muitas vezes, os cursos não conseguem desenvolver atividades que abrangem todo conteúdo prático e profissional necessários ao exercício regular da profissão. O terceiro setor é uma dessas áreas de atuação do contador, sendo de suma importância por absorver aquelas demandas que não conseguem ser suprimidas pelo Estado.

Dessa forma, a participação em projetos de extensão que desenvolva práticas contábeis direcionadas ao terceiro setor é imprescindível para possibilitar a ampliação e divulgação do conhecimento contábil aplicado as instituições sem fins lucrativos.

Além disso, a realização desse trabalho, ao descrever sobre o funcionamento e as práticas realizadas por um aluno em sua atuação em um programa de extensão, estimula cada vez mais a participação de outros estudantes nesse tipo de projeto, favorecendo, com que esses futuros profissionais terminem a graduação com um certo nível de experiência prática na área, destacando-se entre os demais.

Em relação aos procedimentos metodológicos adotados, trata-se de uma pesquisa

qualitativa, de caráter bibliográfico predominantemente exploratório e descritivo que busca estudar sobre as práticas contábeis aplicadas às instituições do terceiro setor, a luz de autores renomados sobre o tema e, descrever por meio de uma experiência a aplicação desses conceitos na prática. Para realizar a pesquisa bibliográfica foi utilizado como fonte: livros, artigos, sites, trabalhos acadêmicos e revistas especializadas, abrangendo diversas publicações já tornadas públicas em relação ao tema de estudo.

## 2. TERCEIRO SETOR

### 2.1 Contexto Histórico e origem do Terceiro Setor

Antes de compreender o significado conceitual do Terceiro Setor, é imprescindível conhecer sua origem histórica. O Conselho Federal de Contabilidade (2008), pontua que a generosidade/humanitarismo, defendidos pelas organizações sociais, originaram-se nos primórdios da sociedade grega. Correspondiam a ações coletivas que objetivavam o bem-estar comunitário. Por outro lado, Calegare e Silva Junior (2009), defendem que a nacionalidade do Terceiro Setor é norte-americana, pois o associativismo e a mobilização social são característicos dos EUA e estão inseridos em sua cultura individualista e liberal.

Conforme aponta Oliveira (2018), antes de conquistar sua independência e construir o Estado americano, os EUA era organizado em colônias. Já a organização da sociedade brasileira, se deu de forma inversa à americana: primeiro criou-se o Estado. O fato de ser uma colônia de exploração, não favoreceu a criação de movimentos de direitos sociais nos primeiros 300 anos de existência do Brasil.

Para Carvalho (2006), o desenvolvimento do Terceiro Setor no Brasil pode ser explicado por meio de quatro momentos históricos relevantes: da colonização até meados do século XX; o Governo Getúlio Vargas; o Regime Militar; e após os anos 1980.

Durante um longo período, a prestação de serviços de interesse social e assistencial aos mais necessitados ficou restrita à Igreja Católica, por meio de suas irmandades. Como exemplo, pode-se citar a Santa Casa de Misericórdia da cidade de Santos, criada em 1543, sendo considerada uma das primeiras instituições de caridade e de saúde do Brasil. A igreja também era responsável por asilos, orfanatos, escolas e outras instituições de caridades; permeadas de valores cristãos (CARVALHO, 2006).

Durante governo de Vargas, no segundo marco histórico do Terceiro Setor, o estado tornou-se mais inclinado ao modelo assistencial, passou a implementar políticas públicas de interesse social, aproximando-se mais da sociedade e firmando uma parceria com organizações sem fins lucrativos. Em 1938 foi criado o Conselho Nacional do Serviço Social (CNSS), permitindo com que as instituições nele inscritas pudessem receber subsídios do governo (OLIVEIRA, 2018).

Ao longo do período da ditadura militar, grande parte das instituições filantrópicas se aliaram a organizações comunitárias envolvidas com movimentos sociais pró-democráticos e de contestação da política da época (CARVALHO, 2006).

No último momento histórico, correspondente à época da redemocratização do país, houve um aumento significativo na quantidade de entidades filantrópicas e de defesa de direitos sociais. Contribuindo, assim, para que na Constituição de 1988 fosse expresso como dever de a sociedade civil contribuir, por meio de organizações privadas sem fins lucrativos, na consecução dos objetivos do Estado brasileiro (OLIVEIRA, 2018).

O Conselho Federal de Contabilidade (2008), também ressalta a importância do papel desempenhado pelas entidades filantrópicas no Brasil, a partir dos anos 80, aliadas aos movimentos de direitos sociais. Contribuindo assim, com a proliferação das ONGs que passaram a atuar em parceria com o governo em prol da coletividade, recebendo fundos ou recursos públicos, além das doações privadas, para tais ações.

Ainda de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2008), diante desse novo contexto, surgiram exigências de prestar contas dentro das regras institucionais dos doadores de fundos. Aumentando as responsabilidades jurídicas e contábeis das organizações sociais. Vistas agora como empregadoras, compradoras e contratante de serviços, passaram a ter que se atentarem à legislação comercial e de licitação pública. Carecendo também de uma legislação específica que regulamentasse sua função e relação com a coletividade e com o Estado.

Seguindo essa premissa, Oliveira (2018), pontua que diante das inúmeras denúncias de corrupção ocorridas devido as parcerias celebradas entre instituições filantrópicas e a administração pública, em 2014 foi aprovada a lei nº 13.019/14, considerada o novo marco regulatório do Terceiro Setor no Brasil. A lei corresponde a uma tentativa de ordenar a gestão e a prestação de conta dessas organizações. Apesar de aprovada e publicada em 2014, a lei só entrou em vigor a partir 2016 para Estados e União e a partir de 2017 para os Municípios, disponibilizando tempo para que as instituições se adequassem a nova legislação.

## 2.2. Conceituação e Características

Conforme Alves (2002), a expressão Terceiro Setor origina-se do termo inglês Third Sector. Seu uso teve início anos 70 nos EUA, com o intuito de designar determinado setor social no qual atuavam organizações sem fins lucrativos, criadas por particulares, que produziam ou

distribuíam bens e serviços públicos. Na época, pesquisadores americanos, passaram a defender que o governo atual mudasse sua orientação política, de favorecimento aos setores lucrativos para privilegiar o setor social, por meio da criação de instituições privadas sem fins lucrativos. Já na década de 80, o termo ganhou relevância mundial e passou a ser amplamente utilizado na Europa.

O Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (2018), destaca que a estrutura econômica atual é formada por três setores, sendo eles representados respectivamente pelo: Poder Público, Empresas Privadas com finalidade lucrativa e Organizações sem fins lucrativos. Rech (2013), complementa que no primeiro setor, do estado, observa-se o funcionamento da administração pública, seus órgãos e suas atividades. No segundo setor, estão as organizações do mercado financeiro, de produção e comércio de bens e serviços, objetivando aumentar seus lucros. Já no terceiro setor, estão as instituições que não pertencem ao estado e também não almejam lucratividade financeira, mesmo produzindo e comercializando bens e serviços.

Peixoto et al. (2015), considera que o Terceiro Setor corresponde a uma nova maneira de compreender e atuar nos movimentos sociais, pois englobam demandas que não são de interesses do estado ou de organizações lucrativas. Dessa forma, as organizações sociais desempenham a função de inclusão e democratização do acesso a políticas públicas, transformando a vida das pessoas, sem receber vantagens financeiras.

Casarin e Silva (2008), apontam que há uma diversidade de conceitos para o terceiro setor, no entanto existem características comuns entre eles. Tais organizações alocam recursos financeiros visando unicamente cumprimento da finalidade para qual foi criada, não distribuem lucro. Além disto, desempenham um papel de grande relevância social, constituem agentes de transformação do ser humano, por meio de ações na área da educação, saúde, profissionalização e outras.

Seguindo essa premissa, Carvalho (2006), acrescenta que a maioria dos autores conceituam Terceiro Setor como sendo um conjunto de instituições e organizações privadas sem fins lucrativos que produzem bens e serviços públicos visando a garantia dos direitos sociais das pessoas.

Para Ebsen (2003), o Terceiro Setor corresponde a ação de organizações privadas sem fins lucrativos dirigida a produção de bens ou serviços de interesse geral da sociedade.



Representa os movimentos de direitos sociais organizados pela sociedade civil, com ênfase na participação voluntária, constituído de organizações não governamentais e sem fins lucrativos que perpetuam a continuação de práticas caridosas.

Rech (2013), destaca que até a década de 1990, as instituições da sociedade civil não pertenciam a um setor econômico específico, mas que tal fato mudou devido a quantidade crescente de tais organizações e seu relevante papel na sociedade brasileira. O autor pontua ainda que, para ser considerada como pertencente ao terceiro setor, as organizações devem ter permanência nas suas atividades, serem autogovernáveis, voluntárias e realizar constantes reuniões. Além disso, devem desenvolver projetos e ações de interesse social com o intuito de complementar ou fomentar o trabalho das organizações públicas ou lucrativas.

Conforme Souza (2013), a organização da sociedade civil em prol da garantia de direitos e justiça social originou na criação do Terceiro Setor. Considerando que o estado ao longo da história não conseguiu cumprir por completo sua função de inclusão social. Apesar de apresentar semelhanças com organizações dos demais setores, as instituições do terceiro setor apresentam identidade própria e não são públicas e nem privadas. Elas colaboram com a implementação de políticas públicas e direitos sociais, por meio de doações e recursos próprios.

Souza (2013), complementa que devido a sua relevante função social, as entidades do terceiro setor recebem benefícios e incentivos governamentais, como recebimento de verbas públicas, imunidade e isenção fiscal. Tudo isso mostra que o Estado reconhece a importância da parceria com essas instituições para a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática.

Para Ferreira (2019), por meio dos conceitos descritos é possível compreender que na base do Terceiro Setor está a atuação voluntária em benefício dos outros, sem visar retorno financeiro. Sendo assim, esse setor se relaciona com os direitos fundamentais da Constituição cidadã de 1988 e corresponde as organizações que buscam contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária em todos os sentidos englobando áreas da: educação, saúde, lazer, transporte, empregos, etc.

### 2.3. Personagens ou Entidades do Terceiro Setor

Conforme Ebsen (2003), o terceiro setor compreende as seguintes entidades: os órgãos não governamentais (ONGs), organizações filantrópicas, beneficentes e de caridade, as cooperativas, autarquias, institutos, fundações privadas, associações recreativas, esportivas e assistenciais.

No Brasil, um conjunto de entidades com identidades distintas fazem parte do terceiro setor. No Código Civil (Lei nº 10.406/2002), em seu artigo 44 e incisos estão listadas as entidades que constituem pessoas jurídicas de direito privado e há um destaque para aquelas que correspondem ao terceiro setor: associações, fundações, instituições religiosas e os partidos políticos. Existe uma legislação específica para cada uma dessas pessoas jurídicas e a seguir será apresentada as principais características de tais entidades (RODRIGUES; BUSCH; GARCIA, 2012).

### 2.3.1. Associações

O Código Civil Brasileiro trata da associação como a ligação de pessoas jurídicas organizadas em torno de uma finalidade, sem visar lucros financeiros. O patrimônio social das associações é constituído por doações, contribuições dos associados e outros, de acordo com o estipulado em seu estatuto (PEIXOTO et al., 2015).

Ferreira (2019) compreende as associações como um conjunto de pessoas que se unem em prol de objetivos comuns. Tendem a ser formadas por pessoas jurídicas ou físicas, ou pela sociedade e pelo mercado em busca de benefícios próprios ou destinados a terceiros. Conforme sua finalidade, as associações podem ser classificadas em: egoística (associação literária, associação de colecionadores), altruística (associação beneficente, esportiva ou recreativa) e não-econômica (associação de socorro mútuo, de bairro).

Segundo o Conselho Regional de Contabilidade de Tocantins (2020), as pessoas que compõem as associações correspondem a seu elemento mais importante, haja vista que, muitas vezes seu objetivo principal inclui os interesses pessoais de seus associados. Por outro lado, o autor também destaca que algumas associações têm como finalidade a promoção da caridade em prol de terceiros.

Segundo Rech (2013), a criação de uma associação exige primeiramente a realização de uma assembleia geral constituída por seus membros, onde será elaborado e votado um estatuto. Em seguida os membros deverão escolher os integrantes da diretoria, lavras as atas das reuniões e registrar seus atos constitutivos. O autor acrescenta que o estatuto representa o documento de

maior relevância da entidade, pois é nele que está disposto todos dados importantes da associação: seu nome, finalidade, endereço, sua fonte de recursos, direitos e deveres dos associados, as condições para dissolução, a forma de gestão administrativa e etc.

### 2.3.2. Fundações

De acordo com Grazioli et. al. (2015) as fundações consistem em pessoas jurídicas formadas com base em um patrimônio, que deve ser administrado visando cumprir a finalidade de sua criação. O autor acrescenta que, conforme legislação vigente, uma fundação só pode existir para fins sociais, sendo proibido a existência de fundações destinadas a fins de interesses pessoais.

Peixoto et al. (2015), pontuam que seguindo o atual Código Civil Brasileiro, as fundações podem ser compreendidas como um patrimônio ou um conjunto de bens destinado a servir a sociedade, como fins religiosos, morais, culturais ou de assistência, sem objetivar lucros financeiros por seu responsável jurídico.

Ferreira (2019), destaca que ao contrário das associações que têm as pessoas como seu bem mais importante, nas fundações o fator primordial é o seu patrimônio; que deve ser formado por bens livres. Sendo assim, as fundações não têm como foco o interesse de seus membros, mas privilegia seu patrimônio, para que esse seja utilizado em projetos que visem a prestação de serviços em prol da sociedade. Esses projetos a quem destinam seu fundo financeiro, devem ser previamente fixados de acordo com a vontade do criador da fundação.

Martins et. al. (2011), afirmam que as fundações são responsáveis pelo financiamento do Terceiro Setor, pois é por meio delas que as instituições beneficentes recebem donativos. É possível também a existência de fundações mistas, ou seja, aquelas que doam ao mesmo tempo para terceiros e para a execução de seus próprios projetos sociais.

Considerando que o patrimônio é o fator principal da fundação, Grazioli et. al. (2015), ressaltam que ele deve ser formado por bens que sejam legalmente disponíveis e desonerados. Os autores ainda, enumeram cinco características essenciais das fundações: finalidade, forma de criação, patrimônio, gestão administrativa e acompanhamento do Ministério Público.

Fundações podem ser criadas por pessoas físicas ou jurídicas, empresas ou pelo poder público, para tanto é necessário que seu instituidor manifeste, por meio de escritura pública ou testamento, sobre a doação de bens livres destinados a uma finalidade específica e a maneira como está fundação será administrada. Isso significa que para instituir uma fundação deve haver uma manifestação clara do desejo de constituí-la (PEIXOTO et al., 2015).

Em relação ao patrimônio das fundações, esse deve ser o bastante para manter seus custos internos e também para o cumprimento da finalidade a que se destina. Caso o patrimônio não seja suficiente, ele deverá ser incorporado a outra fundação que possua objetivos estatutários que corroboram com os seus. Seguindo essa premissa, os autores reafirmam que é indispensável que o patrimônio das fundações esteja em concordância com a finalidade proposta em seu estatuto, haja vista que esses são os determinantes das atividades que exercem (CRC/TO, 2020).

### 2.3.3. Organizações religiosas

As instituições religiosas correspondem as primeiras organizações do Terceiro Setor que foram registradas. Assim como as associações, não possuem fins lucrativos. São consideradas pessoa jurídica de direito privado, sendo livres para definirem sua forma de criação, organização, estrutura interna e seu funcionamento. Além disto, devem ter como objetivo a religiosidade e a fé (FERREIRA, 2019).

Grazzioli et. al. (2015), entende a estrutura das organizações religiosas como semelhantes à das associações, ambas podem ser consideradas como a união de pessoas para realização de atividades sem finalidade lucrativa. Uma de suas diferenças refere-se ao fato de que nas associações existem os associados e na instituição religiosa, tem-se membros. Dessa forma, as instituições religiosas podem ser consideradas como resultado da vivência da fé dos seus membros.

Rech (2013), destaca que as organizações religiosas não recebem subvenções do governo e têm como fonte de renda doações e contribuições, além de cobrança de taxas de serviços. Esses recursos devem ser utilizados para a manutenção da instituição e para realização de obras de caridade.

### 2.3.4. Partidos políticos

Os partidos políticos são constituídos por pessoas com afinidades ideológicas, no intuito de disputar o poder político. Consistem em pessoas jurídicas que têm como finalidade a defesa dos direitos constitucionais e a garantia do regime democrático. Como consta no art. 44 do Código Civil, a organização e o funcionamento dos partidos políticos devem estar dispostos em lei específica. Sua criação depende de registro no cartório de registro civil, como pessoa jurídica e, em seguida, é necessário também registro no Tribunal Superior Eleitoral (RECH, 2013).

### **3. CONTABILIDADE APLICADO AO TERCEIRO SETOR**

#### **3.1. Características da Contabilidade no 3º Setor**

Bächtold (2011), compreende a contabilidade como uma ciência social, cujo principal objetivo consiste em produzir informações que auxiliem o administrador na tomada de decisões. Por meio das técnicas da contabilidade é possível estudar, organizar, controlar e avaliar permanentemente o patrimônio de uma entidade. Sabendo que a contabilidade é fundamental para o planejamento das ações da entidade, seus registros contábeis devem ter exatidão, além de apresentar relatórios objetivos, precisos e atualizados para o administrador.

Ferreira (2019), complementa afirmando que a contabilidade é responsável por registrar qualquer alteração que ocorrer no patrimônio de uma entidade. Nas organizações do terceiro setor, assim como nos outros dois setores, todas as informações contábeis devem ser registradas, para garantir que a prestação de contas ocorra de maneira transparente, afirmando a boa reputação da organização. Considerando que o patrimônio das instituições do terceiro setor derivam de doações e subvenções, é indispensável que as pessoas físicas e jurídicas responsáveis por esses recursos prestem contas sobre as ações realizadas com esses proventos. Nesse sentido, cabe a contabilidade analisar as alterações financeiras que resultam das atividades dessas entidades.

Casarin e Silva (2008), acrescentam que sendo a contabilidade um mecanismo de geração de informações permanentes, essas devem ser confiáveis, claras e objetivas. Normalmente os dados contábeis se apresentam em forma de: demonstrações e livros contábeis, pareceres, documentos, planilhas e documentos.

Luz e Mendes (2019), listam os principais serviços que a contabilidade pode prestar ao terceiro setor: prestação de contas e auditoria, análise financeira, planejamento tributário; assessoria e aconselhamento estratégicos, principalmente sobre benefícios fiscais, subvenções e financiamentos.

O principal objetivo da contabilidade no terceiro setor, conforme Lins (2017), consiste em identificar a origem e a destinação dos recursos financeiros, que costumam vir de diversas fontes. Assim, por meio das ações contábeis torna-se possível direcionar de forma transparente e eficiente a utilização dos donativos em suas atividades, possibilitando a manutenção da entidade e o cumprimento de sua missão.

Para Luz e Mendes (2019), apesar das organizações do terceiro setor prestarem um serviço de grande relevância para a sociedade, elas enfrentam certos desafios, como dificuldades para acessar financiamentos, pouco reconhecimento por sua atuação e falta de habilidades gerenciais, fatos que reflete na gestão financeira e na prestação de contas. Sendo assim, para garantir mais recursos e aumentar sua credibilidade, as instituições sem fins lucrativos devem certificar que suas ações contábeis e prestação de contas sejam realizadas da forma mais transparente possível.

Considerando que são diversas as diferenciações entre as entidades do terceiro setor e do primeiro e segundo, a forma de realizar a contabilidade também tem suas peculiaridades em cada um deles. No terceiro setor há legislações e burocracia referente a obtenção de registros e classificação como entidades filantrópicas. Essas entidades respondem tanto a exigências internas de organização financeira, como exigências externas de legislações e prestação de contas (EBSEN, 2003).

As entidades sem fins lucrativos que demonstram transparência em suas informações contábeis, garantem maior credibilidade e visibilidade, levando ao recebimento de mais recursos. O contador desempenha um papel fundamental nesse contexto, promovendo uma gestão eficaz, com informações mais claras e organizadas. Todos os recursos devem ser registrados conforme as regras e os princípios estabelecidos pelas normas e leis vigentes. Além disso, a contabilidade possibilita que todos os atos financeiros da entidade sejam publicitados ao coletivo (LINS, 2017).

### 3.2. Normas Brasileiras de Contabilidade Específicas ao Terceiro Setor

Como exposto anteriormente, as organizações do terceiro se diferenciam das demais entidades jurídicas, sendo assim, necessitam de regras e normas contábeis específicas. Neste sentido, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) elaborou a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica T10 (NBC T 10), destinada às entidades sem fins lucrativos. Todas as entidades do terceiro setor com sede no Brasil devem seguir essa NBC (PEIXOTO et al, 2015).

Viana e Lopes (2013), listam os principais itens na NBC T 10, são eles:

- NBC T 10.4 que trata dos aspectos específicos sobre as fundações;
- NBC T 10.16 estabelece critérios e procedimentos de avaliação e registro contábil para entidade que recebam subvenções, contribuições, auxílios e doações;
- NBC T 10.18 diz respeito às entidades sindicais e associações de classe;
- NBC T 10.19 estabelece critérios e procedimentos específicos em entidades sem finalidade de lucro;
- NBC T 19.4 trata sobre subvenção e assistência governamentais.

Para Viana e Lopes (2013), a NBC T 10.4 e a 10.18 tem uma amplitude menor do que a NBC T 10.19, pois aquelas destinam-se apenas algumas instituições específicas do terceiro setor, enquanto essa abrange todas as entidades sem finalidade de lucro. Ainda assim, apesar da existência de normas específica, muitas entidades empregam os moldes utilizados pelas empresas privadas.

Conforme Moraes, Teixeira e Guimaraes (2017), sabendo que as instituições do terceiro setor diferenciam-se das demais, é recomendável utilizar terminologias próprias para tal contabilidade, adaptando-as ao contexto dessas entidades. Dessa forma, lucro, prejuízo, capital e demonstração do resultado passam a ter outra denominação. Luz e Mendes (2019), complementam afirmando que como nas entidades do terceiro o lucro e seu saldo positivo não pode ser usado para pagar seus administradores, os termos lucro e prejuízo passam a ser chamados de superávit ou déficit, respectivamente. O termo patrimônio líquido também foi substituído por patrimônio social.

Peixoto et al. (2015), destacam ao se realizar a contabilidade em entidades sem fins lucrativos, além de seguir a NBC T10, também é imprescindível adotar os critérios e procedimentos dispostos na Resolução CFC 1.330/11 (ITG 2000) e na Norma Técnica de Contabilidade TG, especificamente nos itens 07 e 26.

A resolução do CFC N.º 1.330/2011 dispõe sobre atuação das entidades referente a escrituração contábil de seus fatos patrimoniais, determinando condutas de guarda, manutenção de documentos e arquivos contábeis, além da responsabilidade contador. Já a NBC TG diz respeito à estrutura conceitual para elaborar e apresentar relatórios financeiros das demonstrações contábeis. A NBC TG 07 é utilizada para a contabilidade de empresas que recebem subvenção e assistência governamental e a NBC TG 26 deve ser seguida para apresentação das demonstrações contábeis, traz diretrizes e requisitos (ALMEIDA; ESPEJO, 2012).

Ainda conforme Almeida e Espejo (2012), são múltiplas as atividades exercidas pelas entidades do terceiro setor, necessitando de um tratamento personalizado, mas buscando sempre cumprir criteriosamente todas as normas contábeis estabelecidas. O estabelecimento e a atualização dessas normas e resoluções possibilitam a essas entidades uma maior modernidade em seus processos, favorecendo respostas mais atuais às demandas da sociedade.

#### **4. PROGRAMAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SEU IMPACTO NA SOCIEDADE**

##### 4.1 – Extensão Universitária: conceituação e diretrizes

Duarte (2014), pontua que ao longo dos anos houve profundas mudanças no processo de aprendizagem, levando as universidades buscarem meios para que a formação de seus alunos envolvesse uma maior identificação com a comunidade na qual irão atuar profissionalmente. Nesse cenário, a extensão surge como um dos instrumentos mais eficazes para atingir esse objetivo.

Ainda conforme Duarte (2014), podemos compreender extensão universitária como uma articulação entre a instituição de ensino e a comunidade, sendo uma via de mão dupla, pois além de promover aprendizagem prática do conteúdo já estudado em sala de aula, também leva conhecimento acadêmico à comunidade favorecendo a sua autonomia e produzindo mudanças sociais. Dessa forma, a extensão sempre esteve relacionada com a função social da universidade, oferecem algum tipo de assistência a população em geral. Assim, por meio da extensão, a universidade torna-se um espaço privilegiado para universalização e transmissão de conhecimentos.



Após algumas discussões nacionais sobre a extensão universitária, o FORPROEX adotou o seguinte conceito:

“A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p.28).”

A história da extensão no Brasil é muito antiga, tendo seus primeiros registros por volta de 1911 na Universidade Livre de São Paulo, onde aconteciam eventos abertos ao público para discutir diversos temas. No entanto, as questões abordadas, na ocasião, não envolviam problemáticas sociais, políticas e econômica da comunidade (CARBONARI e PEREIRA, 2012).

Somente em 1975, surgiu oficialmente a primeira Política Nacional de Extensão elaborada pelo MEC, incluindo cursos, serviços, difusão cultural, comunicação de resultados de pesquisas, projetos de ação comunitária com participação docente e discente. A extensão passou a ser entendida como uma forma das universidades prestarem serviços à comunidade e realimentarem seus ensino e pesquisas. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) foi criado em 1987 em Brasília, ampliando o leque de atividades da extensão e a troca de saberes entre universidade e comunidade (CARBONARI e PEREIRA, 2012).

Conforme Kochhann (2017), a partir dos anos 90 houve um crescimento de instituições de ensino superior privadas e com isso aumentou a diversidade de compreensão sobre o significado da formação e pesquisa. Nesse contexto, a extensão passou a ter o papel fundamental na busca de soluções para os principais problemas sociais e tornou-se um instrumento da relação entre a Universidade e a comunidade,

Em 2004, por meio da Lei nº 10.861/2004, foi criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que tem como finalidade:

“a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da

afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004, Art. 1º. § 1º).”

O SINAES avalia todos os aspectos que envolvam os seguintes eixos: ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, desempenho dos alunos, gestão da instituição, corpo docente e as instalações. Em relação aos programas de extensão, devem submeter-se constantemente a um processo de avaliação crítica para analisar se estão cumprindo o papel que se comprometeram a exercer diante da sociedade. Além disso, as atividades dos projetos de extensão precisam ser de relevância social e articuladas entre os diversos setores da sociedade (público, privado, mercado de trabalho...), para que assim, possa contribuir para formação e aprendizagem dos alunos e, também, promover cidadania.

Segundo PROEX (2012), os princípios a seguir foram concebidos e pactuados no Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) e constituem a base para as diretrizes da Extensão Universitária estipuladas pelo MEC em 2018, são eles:

- Interação Dialógica – diz respeito ao diálogo e troca de saberes entre universidade e comunidade, visando a produção de novos conhecimentos que contribuam para superação da desigualdade social. É uma via de mão-dupla que causa impacto na formação do estudante e na sociedade.

- Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade – refere-se à articulação entre diferentes especialidades, áreas de conhecimentos e disciplinas, além de alianças intersetoriais, interprofissionais e inter-regionais, visando a criação de modelos, conceitos e metodologias comuns para atuar na complexidade da sociedade como um todo.

- Indissociabilidade Ensino/Pesquisa/Extensão – ratifica que as atividades da extensão se tornam mais efetivas quando estão vinculadas ao processo de ensino e aprendizagem e de geração de conhecimento ao desenvolver pesquisas.

- Impacto na Formação do Estudante – o aluno se torna protagonista nesse processo e desenvolve competências necessárias para sua atuação profissional. Ocorre um enriquecimento em suas experiências tanto em relação a ao conteúdo acadêmico, quanto a questões sociais contemporâneas.

• Impacto e Transformação Social – reafirma a extensão como um instrumento de transformação social, com foco nas necessidades da comunidade que atua, promovendo o aprimoramento das políticas públicas.

O MEC por meio da Resolução CNE/CES 7/2018 estabeleceu diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, estipulando quais os princípios, fundamentos e procedimentos devem ser observados pelas universidades ao criarem programas de extensão. No documento também consta que as atividades de extensão podem ser organizadas em forma de programas, projetos, cursos, oficinas e prestação de serviços; devem corresponder a pelo menos 10% da carga horária curricular e necessariamente precisam envolver intervenções na comunidade externa à universidade BRASIL (2018).

No Art. 6 da Resolução CNE/CES 7/2018 estão descritas as Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

“I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;

II - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;

III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;

V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

VI - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;

VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira (BRASIL, 2018, art. 6). ”

### 2.3.2. O impacto social da extensão universitária

Rodrigues et al. (2013) afirmam que os programas de extensão universitária possuem um papel de grande relevância para a sociedade. Ocorre uma aproximação e troca de saberes entre a população, alunos e professores, que é capaz de transformar e melhorar a qualidade de vida da comunidade atendida. Dessa forma, um dos principais objetivos da extensão é a mudança social, por meio dos conhecimentos e informações que recebem, os cidadãos podem participar e expor suas ideias ativamente na construção de uma sociedade mais justa.

Seguindo essa premissa, nesse tópico está disposto o impacto social gerado por um programa de extensão do Núcleo de Práticas Contábeis (NPC) de uma Universidade em algumas cidades do Sul Fluminense.

Conforme dados do IBGE e do IPEA, em 2010 existiam em Barra Mansa aproximadamente 419 fundações privadas e associações sem fins lucrativos; em Volta Redonda havia 623 instituições. Já no ano de 2019, o número dessas instituições eram de 639 e 911 nas duas cidades respectivamente, como descrito na Tabela 1.

**Tabela 1:** Fundações Privadas e Associações sem fins Lucrativos

<b>CIDADE</b>	<b>2010</b>	<b>2019</b>
Barra mansa	419	639
Volta Redonda	623	911
Total	1.042	1.550

**Fonte:** Elaborada pelo próprio autor com base no IBGE e IPEA, 2010 e 2019.

No entanto, as instituições público-alvo do Programa de Extensão em questão eram as de cunho assistenciais e religiosas, que se constituem em um número bem menor conforme exposto na Tabela 2 para maior compreensão.

**Tabela 2:** Associações e Instituições Religiosas

<b>CIDADE</b>	<b>2010</b>	<b>2019</b>
Barra mansa	151	230
Volta Redonda	252	368
Total	403	598

**Fonte:** Elaborada pelo próprio autor com base no IBGE e IPEA, 2010 e 2019.

Para análise sobre os efeitos do programa de extensão na comunidade atendida, utilizou-se como base os critérios fixados pela Resolução CNE/CES 7/2018 do MEC, que descreve que esses efeitos serão mensurados a partir dos resultados alcançados em relação ao público externo participante, ou seja, deve-se identificar a quantidade dos beneficiados com a assistência prestada pelo projeto.

Separando essas instituições pelos municípios nos quais estão instaladas pode-se inferir o impacto social que elas provocam em cada cidade da região Sul Fluminense e conseqüentemente o impacto do Projeto de Extensão na comunidade, ao propiciar esse atendimento mediante a regularização técnico-legal dessas instituições. Conforme apresentado, na Tabela 3 e na Tabela 4, observa-se os dados por municípios, com as suas respectivas populações e o percentual que esses atendimentos representam na comunidade local nos anos de 2019 e 2021, respectivamente.

**Tabela 3:** Determinação do impacto social do projeto na comunidade em 2019

<b>MUNICIPIO</b>	<b>POPULAÇÃO</b>	<b>ATENDIMENTO</b>	<b>IMPACTO (%)</b>
Volta Redonda	271.900	5.820	2,14
Barra Mansa	179.450	9.744	5,43
Pinheiral	17.400	3.540	20,34
<b>Total</b>	<b>468.750</b>	<b>19.104</b>	<b>4,06</b>

**Fonte:** Elaborada pelo próprio autor com base nos dados do Programa de Extensão

**Tabela 4:** Determinação do impacto do projeto na comunidade em 2021

<b>MUNICIPIO</b>	<b>POPULAÇÃO</b>	<b>ATENDIMENTOS</b>	<b>IMPACTO (%)</b>
Volta Redonda	274.925	41.472	15,08
Barra Mansa	185.237	34.848	18,81
Pinheiral	25.563	4.500	17,60
<b>TOTAL</b>	<b>485.725</b>	<b>80.820</b>	<b>16,63</b>

**Fonte:** Elaborada pelo próprio autor com base nos dados do Programa de Extensão

Os dados recentes indicam que o impacto social projetado foi confirmado, permitindo a comparação entre os obtidos em 2019 e 2021, como se pode verificar na Tabela 5 abaixo:

**Tabela 5:** Comparativo do crescimento do impacto social

<b>MUNICIPIO</b>	<b>IMPACTO 2019</b>	<b>IMPACTO 2021</b>	<b>DIFERENÇA</b>
Volta Redonda	2,14 %	15,08 %	+12,94 %
Barra Mansa	5,43 %	18,81 %	+13,38 %
Pinheiral	20,34 %	17,60 %	-2,74 %

**Fonte:** Elaborada pelo próprio autor com base nos dados do Programa de Extensão

Diante do exposto na tabela acima, verifica-se a diferença expressa pelos atendimentos das instituições, cuja existência legal foi viabilizada pelo projeto entre os anos de 2019 e 2021. Sendo mais preponderante no município de Volta Redonda em que houve um aumento de 12,94% nesses dois anos. Em Barra Mansa esse aumento foi de 13,38%. Já em Pinheiral, um município de pequeno porte, houve uma redução de -2,74 % das instituições atendidas por meio dessa estratégia de abordagem.

Por meio dos dados apresentados, percebe-se a grande quantidade de pessoas que tiveram suas vidas impactadas pelos atendimentos prestados por esse programa de extensão. Ainda mais, considerando que as organizações atendidas promovem atividades que visam o desenvolvimento humano e o bem social.

Diante dessas perspectivas, verificou-se a necessidade de desdobrar o projeto em outros projetos de extensão e em pesquisas para que fosse possível aproveitar a grande gama de resultados gerados, o que resultou na proposta de dois novos projetos de extensão: o Atlas, visando identificar a distribuição da densidade demográfica das casas de cultos de origem africana nos municípios considerados; e, o Projeto sobre a intolerância religiosa, realizando palestras sobre técnicas de mediação em conflitos religiosos utilizando princípios e pressupostos da própria cultura de origem africana, fincada nos cultos da mesma origem. Projetos que se incluem como de temática: inclusão social, negros e mediação.

## **5. RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA EM UM PROGRAMA DE EXTENSÃO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

No primeiro ano do curso de ciências contábeis todos os alunos foram apresentados ao programa de extensão oferecido pela universidade em seu Núcleo de Práticas Contábeis (NPC). A princípio, meu interesse era o de conseguir hora complementar, mas posteriormente identifiquei uma grande oportunidade de colocar em prática o que me foi ensinado em sala de aula.

O Programa de extensão em questão foi criado no final de 2016, na cidade de Volta Redonda, com o objetivo de capacitar os alunos dos cursos de Direito, Administração e Ciências Contábeis, na construção de atos constitutivos, organização de sociedades, e criação de pessoas jurídicas, que atuem no segmento acima definido, se traduzindo em ação de extensão e em cidadania, atendendo os dois critérios fixados pela legislação em vigor: desenvolvimento de atividades relacionadas com a formação, quando da estruturação e registro das instituições, e público externo, por se tratar de organizações não pertencentes a instituição, mas sim a comunidade externa.

Destinado ao atendimento exclusivo das entidades do Terceiro Setor, visando a garantia de seus direitos legais. Desde então, foram atendidas 77 instituições sem fins lucrativos, dentre elas associações de portadores de doenças graves, grupos religiosos e projetos sociais.

O trabalho realizado pelo projeto consiste basicamente em analisar a estrutura organizacional mais adequada para aquela instituição, gerar os seus atos constitutivos segundo a legislação vigente, e efetuar os referidos registros públicos junto aos órgãos governamentais de controle, dando-lhe a personalidade jurídica adequada a seu funcionamento. Nessa perspectiva, foram captadas as instituições interessadas na regularização, em ambos os municípios, incluindo as instituições existentes no município de Pinheiral por ser muito pequeno e limítrofe com este.

Os alunos que fazem parte desse projeto de extensão são supervisionados por dois professores. Aquele que se interessar e tiver disponibilidade pode iniciar a atividade já no primeiro ano do curso e permanecer lá até a formação. Para participar do programa foi necessário apenas preencher uma ficha de inscrição e informar os dias disponíveis para começar os atendimentos. O projeto acontecia às terças, quintas e sábados, sendo 3 horas por dia.

Devido a Pandemia do Covid-19 que assolou o mundo, as aulas presenciais foram suspensas em março de 2020 e até então permanecem sendo realizadas por meio de plataforma

on-line. Dessa maneira, os atendimentos realizados na Extensão também passaram a ser feitos de forma virtual.

A documentação elaborada pelo projeto de extensão é o primeiro passo para garantia dos direitos legais de cada uma das instituições. Ao longo de minha jornada na extensão pude atender e acompanhar vinte entidades em seu processo de legalização. A seguir, descreverei sobre o funcionamento do programa de extensão, as atividades realizadas e minhas impressões, ressaltando sua importância na formação dos futuros contadores.

A atuação dos alunos participantes inicia-se quando o responsável pela instituição interessada busca o Núcleo de Práticas Contábeis da Universidade solicitando informações e auxílio do Programa para sua legalização. Normalmente, são necessários três encontros, no entanto, o tempo que o processo leva até sua concretização, varia para cada organização, sendo influenciado por questões burocráticas e documentais.

No primeiro atendimento, ocorre uma entrevista para conhecer a instituição e também para explicar sobre o funcionamento do Programa e apresentar os benefícios da legalização, como por exemplo, a isenção de tributos e impostos. Além disso, é fornecida a lista com os documentos necessários e informado quais os próximos passos.

Em posse de todos os documentos, o estudante irá elaborar o edital de convocação para assembleia extraordinária de criação, que será divulgado na sede da instituição com quinze dias de antecedência. Considerando que quase todos os representantes das organizações que procuram o serviço desconhecem como criar o estatuto de sua instituição, os alunos realizam a produção desse documento.

Durante a assembleia de criação será colocado para discussão e votação o estatuto da fundação. Todas as informações discutidas na assembleia deverão ser registradas em ata, a qual deverá ser aprovada e assinada pelos presentes. O Programa também auxilia na elaboração dessa ata da assembleia.

Em seguida, inicia-se a oficialização a associação, ou seja, é o momento de registrá-la em cartório e de torná-la uma entidade com personalidade jurídica de direito privado. A universidade por meio de parceria com do Ministério Público conseguiu gratuidade no cartório para requerer a inscrição da associação ao oficial de registro de títulos e documentos.

Para concretizar a legalização é preciso realizar as seguintes atividades:



- publicar o extrato do estatuto social no diário oficial do estado;
- registrar em cartório de pessoas jurídicas o estatuto social, ata da assembleia de constituição e demais os livros obrigatórios da associação;
- obter CNPJ na Receita Federal;
- inscrição estadual na Receita Estadual;
- registrar na Prefeitura Municipal e solicitar alvará e licença de funcionamento.

Após finalizado esse processo é realizado um último encontro entre o aluno e o representante da instituição. É o momento da entrega da documentação que comprovam a existência e legalidade da associação.

Uma outra observação, consiste no fato de que a maioria das instituições atendidas, são representadas por pessoas comuns que fazem o bem e que doam o seu tempo ao próximo e que não possuem conhecimentos técnicos sobre como se legalizar, controlar entradas e saídas de recursos e sobre quais impostos têm direito à isenção. Ao serem informadas a respeito das atividades realizadas pelo programa e dos benefícios que terão direito após estarem registrados e com CNPJ, os mesmos compreendem a importância do trabalho do contador para orientá-los e assessorá-los.

Participar do programa de extensão foi experiência marcante. A cada nova instituição atendida, aumentava a motivação para continuar. Foi possível conhecer diversas áreas de atuação da contabilidade abrindo um leque de possibilidades. O terceiro setor é relativamente novo e ainda é desconhecido por muitos no mercado, apesar de ter um efeito enorme na vida das pessoas que são atendidas por suas organizações e de gerar impacto no PIB.

A atuação nesse projeto de extensão proporcionou a oportunidade de conhecer uma demanda de mercado que só vem crescendo. Além disso, essa vivência também possibilitou aplicar na prática as teorias aprendidas ao longo do curso, ampliando a experiência com os conteúdos contábeis, atendimento ao cliente e questões burocráticas. Propiciando, assim uma incrementada no currículo do aluno colocando-o um passo à frente daqueles que não participam da extensão.

Num cenário pós-pandemia, visando aproveitar as oportunidades geradas pelos projetos e sabendo da necessidade de aperfeiçoamento dos responsáveis pelas instituições atendidas, para gozar dos benefícios gerados, foram propostas a implementação de novas atividades no programa de extensão: acompanhamento da agenda fiscal tributária e trabalhista, construção de um plano de contas específico para o terceiro setor, instrumentos gerenciais de análise de desempenho, instrumentalização de doações filantrópicas, contabilidade gerencial e fiscal de instituições do terceiro setor, dentre outras.

### 3. CONCLUSÃO

Percebe-se que o presente trabalho obteve êxito em alcançar seu objetivo principal que consistia em apresentar o relato da experiência de uma aluna do curso de ciências contábeis em um Programa de Extensão Universitário, destinado ao atendimento de instituições do terceiro setor; além disso, foi possível demonstrar a importância dos programas de extensão, tanto para o formando, quanto para os cidadãos assistidos.

Ao longo do trabalho, também ficou evidente que as quatro hipóteses levantadas se confirmaram, conforme relatado nos parágrafos seguintes.

Por meio da revisão bibliográfica foi possível aprofundar o conhecimento em relação ao terceiro setor e sobre as práticas e normas específicas da contabilidade destinada às instituições sem fins lucrativos. Percebe-se que nos últimos anos houve um aumento significativo na quantidade de organizações do terceiro setor, que são consideradas promotoras de transformação social. Para que essas entidades possam gozar de uma série de benefícios, torna-se necessária sua legalização e a demonstração de transparência na prestação de contas para a sociedade e é nesse cenário que se destaca o papel do contador e o programa de extensão estudado.

Ao longo do curso de Ciências Contábeis são apresentadas inúmeras possíveis áreas de atuação para os futuros profissionais e esse trabalho teve como foco a assistência prestada às instituições sociais e religiosas, por meio de um Programa de Extensão. Mediante o relato da experiência na extensão universitária foi possível observar na prática o quanto esses programas são importantes para o processo de aprendizagem técnica, ao facilitar a assimilação entre o conteúdo exposto em sala de aula e as atividades realizadas no programa. Além disso, a extensão também contribui para a formação do caráter do estudante, pois através dos atendimentos realizados, o aluno entra em contato com uma realidade social, muitas vezes desconhecida por ele, e percebe que a sua intervenção é capaz de produzir mudanças na comunidade atendida.

A realização desse trabalho, também permitiu observar que a universidade em questão está comprometida processo de desenvolvimento da região, exercendo sua responsabilidade social por meio de seus programas de extensão. Isso foi demonstrado calculando o impacto social na comunidade local do programa estudado. Ao todo foram atendidas setenta e sete

instituições pelo programa, mas foi feito um recorte e analisado os dados de apenas vinte e três dessas, sendo possível identificar que quase vinte mil pessoas foram afetadas direta ou indiretamente pelos atendimentos realizados por esse programa de extensão.

Portanto, diante do exposto destaca-se a relevância das universidades investirem em programas de extensão, proporcionando um diferencial aos seus alunos possibilitando-os confrontar a teoria com a atuação prática, mas principalmente formar profissionais com excelência técnica, competentes, criativos, inovadores e capazes de contribuir para bem-estar social. Espera-se ainda, que o estudo desse tema seja capaz de incentivar cada vez mais a participação de estudantes nesse tipo de programas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V. E.; ESPEJO, R. A. Contabilidade no terceiro setor, Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2012. Disponível em: <[http://aprepro.org.br/conbrep/2019/anais/arquivos/10202019\\_231030\\_5dad12e2740af.pdf](http://aprepro.org.br/conbrep/2019/anais/arquivos/10202019_231030_5dad12e2740af.pdf)>. Acessado em: 10/05/2021.

ALVES, Mario Aquino. “Terceiro setor: as origens do conceito”. In: EnANPAD, 26, 2002. Salvador. Anais. Rio de Janeiro: ANPAD, 2002. Disponível em: <[https://www.ufjf.br/virgilio\\_oliveira/files/2014/10/01-b-Alves-2002.pdf](https://www.ufjf.br/virgilio_oliveira/files/2014/10/01-b-Alves-2002.pdf)>. Acessado em: 20/05/2021.

BÄCHTOLD, C. Contabilidade Básica. Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil): Instituto Federal Paraná. Curitiba/PR, 2011. <[http://redeotec.mec.gov.br/images/stories/pdf/proeja/contabil\\_basica.pdf](http://redeotec.mec.gov.br/images/stories/pdf/proeja/contabil_basica.pdf)>. Acessado em: 10/03/2021.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras Providências. DOU nº 72, Seção 1, de 15/4/2004. Brasília/DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm)>. Acesso em: 08/10/2021.

\_\_\_\_\_, IBGE. FASFIL - As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/outras-estatisticas-economicas/9023-as-fundacoes-privadas-e-associacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil.html?edicao=9024&t=o-que-e>>. Acessado em: 08/10/2021.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação - MEC. Resolução CNE/CES 7/2018. Diário Oficial da União, Brasília/DF, 2018, Seção 1, pp. 49 e 50. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192)>. Acessado em: 08/10/2021.

CALEGARE, M.G.A.; SILVA JUNIOR, N. A “construção” do Terceiro Setor no Brasil: da Questão Social à Organizacional. Psicologia Política. vol.9, nº17, p129-148, jan.- jun. 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v9n17/v9n17a09.pdf>>. Acessado em: 10/05/2021.

CASARIN, E. O perfil do contador no terceiro setor. Revista das Faculdades Integradas Claretianas, vol. n1, 2008. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/admpg/article/download/13938/209209211057/>>. Acessado em: 20/05/2021.

CARBONARI, Maria; PEREIRA, Adriana. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. Base de dados do Anhanguera. São Paulo/SP, 2007. Disponível em: <<http://www.sare.unianhanguera.edu.br/index.php/reduc/article/viewArticle/207>>. Acesso em: 26 ago. 2012.

CARVALHO, D.N. Gestão e Sustentabilidade: um estudo multicasos em ONGs ambientalistas em Minas Gerais. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <[https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/CSPO-6VDHWP/1/m04032006dndc\\_debora.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/CSPO-6VDHWP/1/m04032006dndc_debora.pdf)>. Acessado em: 10/05/2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social. Conselho Federal de Contabilidade. 2. ed. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://plataformamaisbrasil.gov.br/images/manuais/Manual\\_de\\_Procedimentos\\_para\\_o\\_Terc\\_eiro\\_Setor.pdf](http://plataformamaisbrasil.gov.br/images/manuais/Manual_de_Procedimentos_para_o_Terc_eiro_Setor.pdf)>. Acessado em: 05/03/2021.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. Terceiro Setor: Guia de orientação para o profissional da Contabilidade. Porto Alegre/RS, 2018. Disponível em: <[http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro\\_3setor.pdf](http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_3setor.pdf)>. Acessado em: 05/03/2021.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO TOCANTINS (CRC-TO.) Contabilidade do 3º setor para as entidades sem fins lucrativos e templos religiosos. 2020. Disponível em: <[http://crcto.org.br/administracao/files/files/Apostila\\_Terceiro\\_Setor\\_Sind\\_Contabilistas.pdf](http://crcto.org.br/administracao/files/files/Apostila_Terceiro_Setor_Sind_Contabilistas.pdf)>. Acessado em: 05/03/2021.

EBSEN, K.S. Contabilidade em Organizações do Terceiro Setor. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC, 2003. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis300632.PDF>>. Acessado em: 10/03/2021.

FERREIRA, C.S.A. O papel da contabilidade no terceiro setor: percepção de um profissional contábil no município de Itaituba-PA. Faculdade De Itaituba (FAI). Itaituba/PA, 2019. Disponível em: <<http://www.faculdadedeitaituba.com.br/pdf.php?id=126&f=TCC%20FINAL%20CINTHYA.pdf>>. Acessado em: 12/03/2021.

GRAZZIOLI, A.; CAMPELO, A.L.; ANDRADE, A.P.; FRANÇA, J.A.; PAES, J.E.S.; MOL, L.F.; CARVALHO, L.R.F.; MONELLO, M.R.; SEVERINO, P.D.M.; SILVA, V. Manual de procedimentos para o terceiro setor: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social. Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) e Associação de Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social (Profis). Brasília/DF, 2015. Disponível em: <[http://plataformamaisbrasil.gov.br/images/manuais/Manual\\_de\\_Procedimentos\\_para\\_o\\_Terc\\_eiro\\_Setor.pdf](http://plataformamaisbrasil.gov.br/images/manuais/Manual_de_Procedimentos_para_o_Terc_eiro_Setor.pdf)>. Acessado em: 10/03/2021.

JUNG, C.F. Metodologia Científica e Tecnológica, 2009. Disponível em: <<https://www.dsce.fee.unicamp.br/~antenor/mod2.pdf>>. Acessado em: 20/03/2021.

KOCHHANN, A. A extensão universitária no brasil: compreendendo sua Historicidade. Anais da VI Semana de Integração Inhumas: UEG, 2017, p. 546-557. <<file:///C:/Users/ASN04/Downloads/9207-Texto%20do%20artigo-29048-1-10-20171108.pdf>>. Acessado em: 08/10/2021.

LINS, G.L. Práticas de Contabilidade Gerencial em Organizações do Terceiro Setor: um estudo de caso no orfanato São Sebastião localizado no município de Monteiro – Paraíba. Universidade Estadual da Paraíba. Monteiro/PB, 2017. <<https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/16138/1/PDF%20-%20Gabriel%20de%20Lima%20Lins.pdf>>. Acessado em: 10/05/2021.

LUZ, G.F.; MENDES, D.F.H. Atuação da contabilidade no terceiro setor. Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGELICA). Anápolis/GO, 2019. <<http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/8058/1/GILMA%20FERREIRA%20DA%20LUZ-2.pdf>>. Acessado em: 10/05/2021.

MARTINS, P.L.; NERY, K.P.; BORGES, K.; SOUZA, M.E.; BORGES, R.O. A Contabilidade do Terceiro Setor: o Caso Anália Franco. VIII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia (SEGeT). Resende/RJ, 2011. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/6014267.pdf>>. Acessado em: 12/03/2021.

MORAIS, R.M. TEIXEIRA, T.C. GUIMARAES, I.P. O desafio da contabilidade diante do terceiro setor nas prestações de contas. Revista de Iniciação Científica – RIC Cairu. Jan. 2017, Vol 01, n° 03, p. 53-65. <[https://www.cairu.br/riccairu/pdf/artigos/3/04\\_DESAFIO\\_CONTABILIDADE.pdf](https://www.cairu.br/riccairu/pdf/artigos/3/04_DESAFIO_CONTABILIDADE.pdf)>.

OLIVEIRA, J.L.R. O Terceiro Setor no Brasil: do contexto histórico ao novo marco regulatório da Lei 13.019/14. Conteúdo Jurídico, Brasília/DF, 2018. Disponível em: <<https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/52147/o-terceiro-setor-no-brasil-do-contexto-historico-ao-novo-marco-regulatorio-da-lei-13-019-14>>. Acesso em: 20/05/2021.

PEIXOTO, A.; FREITAS, D. D. C.; DIAS, L. R. C.; WILSON, R.J. A relevância da contabilidade terceiro setor: um estudo sobre a prestação de contas na entidade Alfa. Faculdade De Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte. Belo Horizonte/MG, 2015. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/REPATS/article/download/299/pdf>>. Acessado em: 10/03/2021.

PROEX, Pró-reitora de Extensão. Política Nacional de Extensão Universitária. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Manaus/AM, 2012. <<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acessado em: 08/10/2021.

RECH, C. A contabilidade do terceiro setor: um estudo sobre as associações privadas sem fins lucrativos. Universidade de Caxias Do Sul - Centro de Ciências Econômicas, Contábeis e Comércio Internacional. Caxias Do Sul/RS, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/1632/TCC%20Cassiane%20Rech.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acessado em: 10/03/2021.

RODRIGUES, A. O.; BUSCH, C. M.; GARCIA, E. R. Contabilidade do 3º setor. IOB: 1ª edição, 2012.

SILVA, L. S.; MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. Manual de orientação. Florianópolis, 2001. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/2367267/DA-SILVA-MENEZES-2001-Metodologia-da-pesquisa-e-elaboracao-de-dissertacao>> Acesso em: 20/03/2021.

SOUZA, C.J. Contabilidade Aplicada ao Terceiro Setor. Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas – FATECS. Brasília, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/3993/1/21143526.pdf>>. Acessado em: 21/03/2021.

VIANA, N.S.; LOPES, P.L. Administração Contábil no Terceiro Setor. X Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia (SEGeT). Resende/RJ, 2013. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/201811.pdf>>. Acessado em: 15/05/2021.




## APÊNDICE A – CARTILHA EXPLICATIVA

PROJETO CIENTÍFICO SOBRE

**O TERCEIRO SETOR NA EXTENSÃO  
UNIVERSITÁRIA E SUA IMPORTÂNCIA  
NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO  
CONTADOR - RELATO DE EXPERIÊNCIA  
EM UM NÚCLEO DE PRÁTICAS  
CONTÁBEIS**

O terceiro setor é composto por organizações que anseiam pelo bem-estar social tais como: organizações não governamentais (ONGs), fundações e instituições filantrópicas e beneficentes, organizações e associações sociais, instituições religiosas e outras.



**CONTABILIDADE APLICADA AO TERCEIRO SETOR**

NBC T 10.4 que trata dos aspectos específicos sobre as fundações;

NBC T 10.16 estabelece critérios e procedimentos de avaliação e registro contábil para entidade que recebam subvenções, contribuições, auxílios e doações;

NBC T 10.18 diz respeito às entidades sindicais e associações de classe;

NBC T 10.19 estabelece critérios e procedimentos específicos em entidades sem finalidade de lucro;

NBC T 19.4 trata sobre subvenção e assistência governamentais.

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

Podemos compreender extensão universitária como uma articulação entre a instituição de ensino e a comunidade, sendo uma via de mão dupla, pois além de promover aprendizagem prática do conteúdo já estudado em sala de aula, também leva conhecimento acadêmico à comunidade favorecendo a sua autonomia e produzindo mudanças sociais. Dessa forma, a extensão sempre esteve relacionada com a função social da universidade, oferecem algum tipo de assistência a população em geral. Assim, por meio da extensão, a universidade torna-se um espaço privilegiado para universalização e transmissão de conhecimentos.

**IMPACTO SOCIAL DO PROJETO NA REGIÃO**

No quadro abaixo podemos confirmar o impacto do Projeto de Extensão na comunidade, ao propiciar esse atendimento mediante a regularização técnico-legal dessas instituições.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	ATENDIMENTOS	IMPACTO (%)
Volta Redonda	274.925	41.472	15,08
Barra Mansa	185.237	34.848	18,81
Pinheiral	25.563	4.500	17,60
<b>TOTAL</b>	<b>485.725</b>	<b>80.820</b>	<b>16,63</b>

AUTORA:  
DENISE HELENA BATISTA DIAS

